

... Cadernos :: edição: 2003 - Nº 21 > Editorial > Índice > [Resumo](#) > **Artigo**

Universalismo epistemológico e pesquisa em educação

Eduardo J. Z. Ayala

Estuda-se, aqui, a contraposição entre nacionalismo e universalismo e a ingerência de ambos na construção do conhecimento. Saliento a relevância do universalismo epistêmico por ser plural e pluralista, por apresentar-se como uma filosofia científica aberta e democrática; logo, condizente com as expectativas da sociedade, a ciência, e o cientista contemporâneos. Por outro lado, tento demonstrar a incongruência do argumento nacionalista como critério para qualquer tipo de análise. Sublinho que ele é teoricamente preconceituoso e metodologicamente restrito às categorias do conceito insular de pátria. Em função disso, o nacionalismo epistemológico se equipara com tantas outras lógicas da ciência que se situam no mundo irracional da quimera.

Palavras-chave: Universalismo epistemológico, Pluralismo metodológico, ciência e ideologia.

1. Nacionalismo e universalismo

Num mundo globalizado como o de hoje e sem um modelo alternativo de convivência internacional visível, não há lugar para chauvinismos nem patriotadas de quaisquer espécies. Desta sorte, a contribuição dos povos de todas as latitudes do planeta pode ser de extrema utilidade quando adequadas a situações, momentos e lugares específicos. Esse aporte é de vital importância na redefinição da identidade nacional; esta, entendida como o conjunto de atributos em permanente mudança que torna um país mais próximo e menos diferente dos outros. O insulamento cultural e o fervor nacionalista de fogos de artifício são, sem dúvida alguma, óbices para o progresso cultural e socio-econômico das nações e, sobretudo, blindagens que encegecem o espírito, limitando-o a práticas sectaristas e freqüentemente preconceituosas. A propósito, eis a seguir uma interessante referência que define com propriedade o caráter de uma nação:

O que faz que um vasto conjunto de seres humanos que habita um território que pode chegar a ser muito extenso se sinta integrado a uma única personalidade coletiva? As respostas tem sido múltiplas e com freqüência privilegiaram alguns dos elementos que podem encontrar-se nas nações constituídas: descendência comum de um grupo inicial, uma mesma língua, viver num mesmo território, professar uma mesma religião, ter unidade política, comunidade de costumes ou de tradições... a lista é comprida e ainda poderia crescer mais. No entanto, sempre há alguma nação na qual falta um ou vários destes elementos, e não sempre os mesmos; pode afirmar-se que nenhum deles é indispensável. O que é, pois, que determina a constituição da nacionalidade? É aqui onde intervém um elemento que até agora não temos considerado: a vontade, o "plebiscito de todos os dias" do qual falava Renán; a "vontade de corporação viva e ativa" à qual se refere Kohn; "o querer viver coletivo" que assinala Hauser... (ARMEJO, 1979, p.17-18).

Sem receio de incorrer em pieguice, parto de uma conjectura bastante pessoal e não menos otimista; imagino que ela será de grande valia durante o processo de elaboração deste trabalho: apesar da versatilidade étnico-cultural, das enormes desigualdades de classe e das naturais diferenças ideológicas, existe, na ação conjunta do povo brasileiro, uma notória e permanente esperança de melhores dias para todos. A nossa dinâmica social demonstra, com raras exceções, a extraordinária vontade do "querer viver coletivo" sob a égide de um espírito solidário inefável, fato que só um acurado estudo psico-social comparativo pode explicar com real consistência.

A América Latina avança com imprevisível rapidez rumo à miscigenação racial e cultural e, nesse sentido, o Brasil constitui-se na sua expressão mais eloqüente. Quase nove décadas depois da emigração japonesa para este país, por exemplo, não é incomum ver, em cidades como São Paulo ou Londrina, o resultado da interpenetração cultural desse grupo étnico com todas as raças que aqui habitam, coisa impensável entre os membros da geração pioneira. E mais, as tradições nipônicas são, hoje em dia, categorias constitutivas do nosso maravilhoso mosaico nacional, elas coexistem em harmonia com outros costumes vindos dos quatro cantos do planeta. Em contrapartida, para muitos nisseis e sanseis, a ida para o Japão à procura de melhores condições de vida é sinônimo de sacrifício, de uma alternativa penosa que só garante a sobrevivência. Um jornalista nipo-brasileiro retrata com enorme força acusatória a severidade do cotidiano nesse país, onde o "plebiscito de todos os dias" simplesmente não existe:

Os brasileiros (dekasseguis) tornam-se, como os japoneses, peças na grande máquina chamada Japão e só pensam no trabalho e no pé-de-meia. A vida no Brasil é dura para a grande maioria da

população, mas é difícil enfrentar condições de trabalho como as existentes na fábrica de biscoitos Tristar-Seika, na cidade de Takasaki, na Província de Gunma -meu quarto emprego-, que aboliu o intervalo de descanso previsto em lei e só permite uma ida diária ao banheiro. Vivi dez meses como operário no Japão. Voltei em fevereiro e, desta vez, não sinto nenhuma saudade (HIGOBASSI, 1998, p.109).

Historicamente, o Japão não conseguiu encobrir seu permanente interesse por ampliar suas fronteiras aos países vizinhos da Ásia. Sucessivas invasões à China, Coréia, antiga Indochina e outros territórios do Sudeste Asiático são fatos que confirmam tal propósito. Esse sonho imperialista carregou consigo um distintivo de exacerbado patriotismo que se remonta à época da Restauração Meiji ("Reverência ao imperador! Fora os bárbaros!") e se consolida no Período Imperial com o surgimento de movimentos nacionalistas antieuropeus. Durante a II Guerra Mundial, após o incidente de Pearl Harbor, ressurgiu a obsessão expansionista japonesa com a ocupação militar da maior parte das ilhas do Pacífico Sul. Com o contra-ataque estadunidense, emerge a figura suicida do kamikaze como personificação conspícua do fanatismo patriótico-nacionalista que, apesar da "heróica" auto-imolação, de nada adiantou para impedir o triste episódio da rendição do Império do Sol Nascente. Hoje, na condição de segunda potência econômica mundial, o Japão preserva esse proverbial orgulho silencioso, alicerçado na habilidade para conjugar pragmatismo com assiduidade, assim como efervescência contemporânea com costumes milenares.

Diz-se "que o choro dos dekasseguis no retorno é mais forte do que seus prantos na ida para o Japão. Talvez porque já saibam das dificuldades para transformar a pátria madrastra em mãe gentil dos filhos deste solo" (ALENCASTRO, 1998, p.23). De fato, é ledor engano crer "que o choro dos dekasseguis no retorno" é mera saudade de casa, o motivo é outro: o efeito do nacionalismo zeloso e inflexível do Japão.

Doutra parte, o Brasil como nação representa a variedade e a transformação inopinada que, como num excepcional remoinho, mistura preconceitos manifestos e velados, isoladas pretensões separatistas, aparente busca de concórdia, mestiçagem significativa, multiplicidade e sincretismo religioso, iníqua concentração de renda, violência no campo e na cidade, interesse explícito pelo progresso, gradativa consolidação democrática, dependência na relação inevitável com o capital estrangeiro... Enfim, diante desse quadro todo só nos resta esperar que a "vontade de corporação viva e ativa" faça deste povo uma nação aberta ao mundo, porque o nacionalismo, devido a seu caráter socialmente corrosivo, foi, é e será a cultura do inculto, a religião do espírito de campanário e uma cortina de fumaça detrás da qual aninham o preconceito, a violência e freqüentemente o racismo (VARGAS LLOSA, 1994, p.55-56).

Admitir a primazia dos valores de uma nação sobre os de outras pressupõe a aceitação de uma hierarquia inspirada num ideário chauvinista. Não existe uma virtude nacional que sirva como único exemplo, nem um particular atributo cultural que mereça, necessariamente, ser imitado. Até porque nenhuma imitação é perfeita; em maior ou menor grau, ela combina duas feições diferentes, tornando-se, assim, menos genuína e mais eclética. A rigor, o nacionalismo como proposta filosófica é completamente dispensável, porque

não leva a nada pretender que a realidade nacional, enquanto singularidade, possa ser considerada uma espécie de critério... Talvez o nacional não seja critério para nada. Ou só sirva de critério para o nacionalismo, o que é uma outra história, mesmo porque o nacionalismo termina facilmente instaurando a cegueira para todo e qualquer critério (BORNHEIM, 1980, p.151).

Particularmente, acredito no conceito que refuta a visão nacionalista. Ele sugere a internacionalização da vida e a economia, conciliando o desenvolvimento industrial com o pensamento e a cultura democráticos. Sei que essa tarefa não é nada fácil, o universalismo implica o entrelaçamento de níveis desiguais de desenvolvimento econômico das nações com a aceitação das diferenças decorrentes das identidades de cada povo. E aqui julgo oportuno destacar a importância do multiculturalismo contra-hegemônico, para o qual o autêntico convívio inter-cultural opõe-se, categoricamente, ao etnocentrismo, à auto-proteção identitária que, via de regra, esconde na falsa tolerância o sentimento de superioridade com relação aos demais. Esse mesmo multiculturalismo, também conotado como crítico, valoriza a comunicação recíproca, a mudança em conjunto e a necessidade de estabelecer o respeito absoluto pela maneira de ser de outrem (FORQUIN, p.143, 1993). No mundo plural e pluralista da pós-modernidade, toda forma de vida é permitida em princípio; ou, antes, não existe nenhum princípio consensual que possa tornar qualquer forma de vida não-permissível (BAUMAN, Apud BURBULES e RICE, 1993, p. 177). Logo, o nacionalismo, visto como expressão de amor exacerbado pelo "nosso", é compatível com um particular princípio consensual, cuja finalidade abjeta consiste em desabonar a idiosincrasia "dos outros". Resumindo: o nacionalismo é a concepção do homem de espírito tribal, daquele que rejeita a diferença e se angustia com o desconhecido!

2. Nacionalismo e universalismo epistemológicos

O senso comum e o método científico são duas formas importantes de captação da realidade. Os tipos de conhecimento que se derivam de ambos, mesmo sendo diferentes, são igualmente relevantes para a compreensão dos acontecimentos e a resolução dos problemas da vida. É inócua a tentativa

hierarquizante de uma ou outra forma de cognição humana, porquanto elas mantêm uma relação de complementaridade. Pelo senso comum o cientista se aproxima do problema de pesquisa e, posteriormente, sugere os critérios para a utilização do saber sistemático adquirido. Dito isso, esclareço que o escopo desta seção situar-se-á dentro do contexto do conhecimento científico, sem desconsiderar, obviamente, a valiosa e ininterrupta contribuição do senso comum no desenvolvimento do pensamento humano.

Retomando, então, a questão central deste estudo, a nação personifica, em termos concretos, um povo delimitado pelo alcance das suas ações em áreas socioculturais bem definidas. A pesquisa metódica, como sinônimo de construção da episteme, representa uma dessas ações que se traduz na busca permanente de novos conhecimentos. Assim, a elaboração do saber para o

nacionalismo epistemológico, num sentido amplo, (é) a proposta de criação de um pensamento centrado na categoria de nação; esta, mediatizando toda atividade especulativa, forneceria os conteúdos e o aparato teórico-metodológico necessário à interpretação da totalidade do real e da sua dinâmica enquanto processo histórico (RODRIGO, 1988, p.110).

O que vale dizer, o enunciado de cunho científico deve sujeitar-se ao ponto de vista e aos interesses nacionais do país do pesquisador. Algo assim como conhecer a realidade social e natural a partir de categorias nativas, próprias; sejam estas brasileiras, cubanas, francesas, etc. Teoricamente, implicaria o estudo da estrutura conceitual de um tópico de interesse pessoal (revisão de literatura) com o intuito de caracterizar seu grau de desenvolvimento (state of the art). Metodologicamente, pressuporia a adoção de um procedimento condizente de busca sistemática (métodos e técnicas) que levasse à elucidação de uma dúvida (problema de pesquisa) relacionada com o tópico em pauta. Mas há um senão: é inadmissível vislumbrar a possibilidade de que o ato do conhecimento fique fora dos lindes estabelecidos pela obstinação nacional. À guisa de ilustração, imaginemos a seguinte tríade disparatada: investigador francês, marco teórico autóctone e modo de inquirição pátrio! Dá ou não dá o que pensar? Es sonhar con los ojos abiertos! Não acredito que alguém em sã consciência incorra nesse estreito balizamento, tão fantasioso quanto absurdo. Nos tempos que correm, a extraordinária aventura do trabalho intelectual rejeita todo tipo de cabresto normativo preestabelecido. O perfil epistêmico de qualquer inquirição metódica emerge espontaneamente durante o próprio processo de construção do novo conhecimento. Então, nada mais óbvio que

os diferentes problemas do pensamento científico deveriam pois receber diferentes coeficientes filosóficos. Em particular, o grau de realismo e de racionalismo não seria o mesmo para todas as noções. É pois ao nível de cada noção que, em nossa opinião, se colocariam as tarefas precisas da filosofia das ciências. Cada hipótese, cada problema, cada experiência, cada equação reclamaria sua filosofia. Dever-se-ia criar uma filosofia do pormenor epistemológico, uma filosofia científica diferencial que contrabalançaria a filosofia integral dos filósofos. Esta filosofia diferencial estaria encarregada de analisar o devir de um pensamento. Em linhas gerais, o devir de um pensamento científico corresponderia a uma normalização, à transformação da forma realista em forma racionalista (BACHELARD, 1984, pp.8-9).

Em outras palavras, o problema e sua correspondente hipótese de pesquisa determinam a natureza do coeficiente filosófico e não ao contrário, como sugere o nacionalismo epistemológico. Uma autêntica filosofia científica diferencial é consequência, não origem, de uma proposta sui generis de investigação. Daí que Bachelard aconselha " dar à ciência a filosofia que ela merece", embora seja muito comum dar à filosofia a ciência que ela não merece. Explico: ao longo dos anos oitenta e grande parte dos noventa, se instaurou, nos cursos de pós-graduação em educação, a ditadura dos chamados crítico-dialéticos (ou histórico-críticos) ou se estava com eles ou contra eles; os poucos professores e alunos que resistiram e optaram pela segunda opção foram punidos com o "excludente" rótulo de positivistas (ou empírico-analíticos) e, para os que se abstiveram do embate, lhes foi reservada a "compassiva" denominação de fenomenólogos-hermenêuticos. Resultado: a grande maioria colocou a carreta na frente dos bois; quer dizer, adotaram a filosofia científica, que, por estar na moda, era prevalente, sem terem a necessária noção teórica sobre o tema abordado nas suas pesquisas supostamente científicas.

Agora nos defrontamos, nos referidos cursos de pós-graduação, com um cacoete dissociador na atividade investigativa. Ou você é qualitativo (suave designação de crítico-dialético), ou então quantitativo (eufemismo de positivista). No primeiro caso, recomendam-se novas propostas de abordagens, com soluções metodológicas diferentes: a pesquisa participante, ou participativa, ou ainda emancipatória, a pesquisa-ação, a pesquisa etnográfica ou naturalística, o estudo de caso (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 7). Afirma-se, sem facticidade, que todas estão isentas de medida e, sem uma sólida justificativa, conclui-se que elas são as mais propícias para a investigação em âmbito educacional. Enquanto isso, o pesquisador quantitativo limita-se a testar a relação causa-efeito entre as variáveis, observar se, durante o experimento, a manipulação das variáveis independentes modificaram as variáveis dependentes manipuladas (CRESWELL, 1994, p. 117), com que frequência e em que proporção, claro. E, sem a mínima condescendência, rejeita-se esta abordagem por ser incompatível com os eflúvios subjetivos e a substância valorativa da educação. Mas a verdade é outra e ela está escondida dentro de cada um de nós: a aversão gratuita que sentimos pelos números, principalmente pela estatística! Ainda insistimos na reflexão crítica sobre a crítica, a interpretação do texto pela suspeita da suspeita e o devaneio intelectualóide desmesurados em detrimento da busca de uma proposição clara e sensata.

ligada à realidade e; por isso mesmo, transformadora (GITLIN, 1994, pp. 1-2). Até parece que esquecemos que pequenas e imperceptíveis mudanças quantitativas, acumulando-se gradativamente, ultrapassam...a medida do objeto provocando nele radicais mudanças qualitativas (KONSTANTINOV, 1960, p. 231). Daí que

a bifurcação do paradigma quantitativo-qualitativo não vai além de um raciocínio simplista. Essa tentativa dicotomizante pretende instalar um dualismo apócrifo e estereotipado (objetivo/subjetivo, explicativo/compreensivo, normativo/prescritivo, factual/valorativo, dedutivo/indutivo, etc.) e, desta forma, desagregar a reflexão da mensuração. Qualquer abordagem, enfoque ou método de investigação científicos contém ingredientes factuais e valorativos. Não existem pesquisas exclusivamente quantitativas nem qualitativas. Até nossos dias ninguém demonstrou com limpidez meridiana o limite entre ambas. Há, sim, pesquisas mais quantitativas do que qualitativas e vice-versa (AYALA, 2001, p. 68).

Por outro lado, uma vez que o universalismo, como correlativo oposto de particularismo, acredita na lógica da interação entre os povos do mundo, respeitando diferenças de toda ordem, inclusive aquelas que pertencem ao campo da ciência; o nacionalismo, por sua vez, representa uma postura filosófica que enaltece os valores de uma nação desconsiderando os de outras. Não faltam argumentos questionáveis que exibem uma roupagem reflexiva para justificar inutilmente a cognoscibilidade nacionalista. Aqui está um desses:

A nação é sempre singular e concreta. Logo, é mera exigência abstrata e sem sentido real pedir ao filósofo que pense em geral... Não lhe é dado conhecer a realidade senão fundando-se no ponto do espaço e na época em que vive; por isso, perde todo senso a exigência de universalidade abstrata, só se justifica a pretensão de universalidade concreta. Desde que a nação à qual pertencemos é única, pois para mim não há outra, é por isso mesmo universal. É o universal concreto (PINTO, 1960, pp.368-369).

Com efeito, a índole de uma nação e dos homens que fazem parte dela se desprende de uma forma singular e concreta de expressão cultural, o que não significa, naturalmente, que esse predicado sirva como um parâmetro inflexível na relação do filósofo com o objeto da sua reflexão. Por que o cientista deve, exclusivamente, prover-se de seu universal concreto, restritamente nacionalista, para conhecer a realidade? Será que não lhe é permitido visualizar o mundo tendo também como referência os "universais concretos" de outros povos? Confinar a percepção do pesquisador dentro das coordenadas do espaço e na época em que vive, equivale a submeter a inteligência humana a um falso estatuto inalienante situado dentro dos reduzidos limites de um contexto singular. E quando Pinto afirma que a nação à qual pertencemos é única, pois para mim não há outra, só consegue incorrer no falso conceito asséptico e insular de pátria. Será que existe um filósofo ou um cientista nacional munido de uma consciência refratária à influência evidente dos acontecimentos do mundo? Claro que não: dialéticamente é impropriedade, uma vez que o nacionalismo é a negação da universalidade, portanto um constitutivo desta.

Por sinal, a teoria do espaço-tempo-histórico de Haya de la Torre já afirmava com clareza meridiana que não apenas o filósofo, mas os homens das mais diversas raças, culturas e condições estão impregnados de lugar e temporalidade, portanto de existência histórica e de uma singular cosmovisão. Os seres humanos vivem e atuam num local específico, sujeitos à ação do devir que, cronologicamente, possui uma celeridade universal e, no entanto, uma historicidade diferenciada, com perfil próprio. Assim, o tempo-histórico alemão não é o mesmo que o brasileiro, porque a dinâmica com que se desenvolvem os fatos no cotidiano daquele é de maior mobilidade que neste, embora a velocidade temporal seja igual para ambos. Daí que, para o autor acima, nosso espaço e nosso tempo econômico nos assinalam uma posição e um caminho a fim de procurar e alcançar o bem-estar e o progresso (CABALLERO, 1978, p.247). Para tanto, precisa-se de uma reconceitualização ideológica do nacionalismo terceiro-mundista; já que, nos dias que correm, advertia Haya de la Torre, nenhum país subdesenvolvido poderá sair do atraso sem a ajuda econômica e tecnológica dos países desenvolvidos. Claro está que tal objetivo exige uma cuidadosa agenda que observe com seriedade a articulação de necessidades, deveres e direitos (ALVA, 1986, pp.135-136). Sugestões como essas também podem ser extensivas ao campo das formulações científicas, pois

nada nos impede de valer-mos de contribuições de pensamentos já elaborados de centros dominantes. Buscando embora elementos e formulações gerais nestas fontes, nosso pensamento será original, por corresponder a nossa situação específica, e igualmente universal (SCHWARTZMAN, 2003).

Então, por que ver no universalismo epistêmico um simples componente da ingerência econômica externa, e não um resultado da desigual relação entre países hegemônicos e subalternos? Sabe-se, até à exaustão, que a penetração imperialista traz consigo outras formalidades que alteram as nossas práticas habituais. Pensar o contrário é cegueira mental ou ingenuidade. Denunciar acriticamente esse fato é pura reação panfletária.

A influência norte-americana foi crescentemente importante na economia brasileira depois da segunda guerra mundial e, particularmente, depois de 1964. Como conseqüência, a classe hegemônica brasileira permitiu mudanças no seu sistema educacional depois que ela se identificou com a sociedade

industrial instituída pelo tipo de estrutura econômica dos Estados Unidos (CARNOY, 1974, pp.187-188).

Mesmo assim, a mediação dos contextos culturais, políticos, sociais e institucionais dos países centrais e periféricos; e as resistências, adaptações, rejeições e substituições que ocorreram durante o processo da transferência cultural geraram uma simbiose que alterou o distintivo do que foi transferido (MOREIRA, 1990, p. 24). Aqui, não tenho a mínima pretensão de convalidar as vantagens da inserção dos valores capitalistas no Brasil; o que minúsculamente intento é demonstrar algo que considero explícito: o resultado epistemológico da relação imperialismo-dependência, neste país, não é nem imperialista nem dependente, mas uma síntese singular do confronto entre ambos. A propósito,

se queremos ser parceiros dos outros povos, no século 21, e não mais colonizados, a nossa história de cinco séculos, incentivemos a educação de massas, sobretudo nas matérias que podem reverter a incapacidade técnica de nosso povo. Precisamos entender a cadeia que une as duas pontas do saber, o empréstimo e a invenção..., como pressupostos que se exigem reciprocamente. Sem isto, estaremos condenados ao "empréstimo", como exigem as poliarquias que almejam o controle do planeta, ou ao isolamento. Pensemos em escala planetária, não esquecendo que temos um papel, o qual dependerá de escolhas políticas muito graves (ROMANO, 1997, pp.44-45).

Reverter a incapacidade técnica de nosso povo envolve decisões que vão além da simples vontade política nacional. Então, impõe-se a necessidade de saber negociar com inteligência e sem vacilações. Se a finalidade central consiste em alcançar o patamar do desenvolvimento, as decisões prévias a essa intenção não podem ser unilaterais, elas também precisam da participação daqueles que fazem o empréstimo dos mecanismos que produzem a invenção. Só assim pode-se preservar a reciprocidade nas vantagens obtidas e, acima de tudo, a autonomia dos países co-participantes. Como se pode observar, as categorias da realidade cognoscível não se restringem mais ao reduzido espaço no qual se vive. Nem o sujeito cognoscente depende unicamente dos procedimentos e alternativas que sua cultura vernácula lhe oferece. A mundialização dos fatos consubstanciou afinidades e diferenças de todo tipo e, certamente, no âmago delas encontram-se as soluções para mitigar as angústias das nações pobres do planeta.

A esta altura do presente estudo, faz-se mister estabelecer a diferença conceitual entre universalismo epistemológico e epistemologia universalista. O primeiro acredita na liberdade irrestrita do pesquisador na escolha da orientação teórico-metodológica para construção do conhecimento; enquanto que a segunda defende o preceito apriorístico da validade universal e irrefutável de uma idéia e de um procedimento no processo investigativo. Um é pluralista, democraticamente aberto a todas as alternativas científicas; a outra é ortodoxa, fiel a uma doutrina inconcussa que indigita o destino do cientista. Considero o trecho a seguir um brilhante recado para todos os estudiosos que acreditam, de forma imarcescível, nas liberdades democráticas em todas as instâncias da vida:

A idéia de que a ciência pode, e deveria, acompanhar um estatuto fixo de procedimentos universais, é totalmente irreal e perniciosa. É irreal porque atribui à percepção humana uma função simplória, ignorando o talento e as circunstâncias que estimulam o desenvolvimento humano. É perniciosa por querer impor regras que supostamente conduzem ao crescimento de nossa qualificação profissional em prejuízo da nossa condição de seres humanos. Ademais, esta idéia é detrimental para a ciência por negligenciar a complexidade das condições físicas e históricas que influenciam nas mudanças científicas, fazendo da pesquisa um ato inflexível e dogmático. Assim, todas as metodologias tem as suas limitações e a única 'regra' que sobrevive, na procura do conhecimento, seria: qualquer tentativa é válida (FEYERABEND, 1975, pp. 295-296).

O trabalho sério, no contexto da ciência contemporânea, é avesso a devoções, modismos ou patrulhamentos ideológicos que ditam preceitos sobre o que e como pesquisar. Não admite prescrições teórico-metodológicas unívocas e encara com descrença quaisquer normas técnicas que, por desventura, venham a cercear a imaginação e a criatividade. Como dizem alguns autores pós-modernistas: quando um método é um estorvo, rejeite-se as suas regras e opte-se por qualquer tentativa válida ("anything goes") (ROSENAU, 1992, p. 117).

Referências Bibliográficas

- AYALA, Eduardo J. Z. "As (i)limitações da pesquisa histórica em educação". In Cadernos de Educação Especial. Centro de Educação, N.2, Santa Maria, 2001.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. "O retorno dos dekasseguis". Veja. São Paulo: Editora Abril, Julho, 1998.
- ALVA, Alfonso Ramos. Siete tesis equivocadas del Marxismo-Leninismo sobre Indoamérica. Lima: I.D.E.A., 1986.
- ARMEJO, Raúl Zamolloa. "El proceso de la nacionalidad". In FLOR, Arrospe de la, et. al., Peru: Identidad nacional. Lima: CEDEP, 1979.
- BACHELARD, Gaston. "A filosofia do não: filosofia do novo espírito científico". In Os pensadores, São Paulo: Abril, 1984.
- BORNHEIM, Gerd A. "O idiota e o espírito objetivo". In Filosofia e realidade nacional. Porto Alegre: Globo, 1980.
- BURBULES, Nicholas C. e RICE, Suzanne. "Diálogo entre as diferenças: continuando a conversação". In

- BORQUIN, Nicholas C. e RICE, Suzanne. *Diálogo entre as diferenças: continuando a conversação*. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org); *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- CABALLERO, José A. Barba. "Haya de la Torre y Mariategui frente a la história". Lima: "Amauta" S.A., 1978.
- CARNOY, Martin. *Education as cultural imperialism*. New York: David McKay Company, Inc., 1974.
- CRESWELL, John W. *Research design: qualitative & quantitative approaches*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., 1994.
- FEYERABEND, Paul. *Against method: outline of an anarchistic theory of knowledge*. London: New left books, 1975.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GITLIN, Andrew. "The shifting terrain of methodological debates". In GITLIN, Andrew; *Power and method: political activism and educational research*. New York: Routledge, 1994.
- HIGOBASSI, Darci. "Escravos da máquina". *Veja*. São Paulo: Editora Abril, Julho, 1998.
- KONSTANTINOV, F. V. *Los fundamentos de la filosofía marxista*. México, D.F.: Grijalbo, 1960.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MOREIRA, Antonio Flavio B. *Currículos e programas no Brasil*. Campinas: Papirus, 1990.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- RODRIGO, Lidia Maria. *O nacionalismo no pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ROMANO, Roberto, "Identidade social e a construção do conhecimento". In SILVA, Luiz Heron da, AZEVEDO, José Clóvis de & SANTOS, Edmilson Santos dos (orgs.). *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: Escola Cidadã/Prefeitura Municipal de Porto Alegre/SME, 1997.
- ROSENAU, Pauline Marie, *Post-modernism and the social sciences: insights, inroads, and intrusions*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- SCHWARTZMAN, Simon. *A filosofia do subdesenvolvimento de Álvaro Vieira Pinto*. [on-line] Disponível na Internet via <http://www.schwartzman.org.br/simon/vieira.htm>. Arquivo capturado em 10 de Agosto de 2003.
- VARGAS LLOSA, Mario. *Desafíos a la libertad*. Lima: PEISA, 1994.

[Edição anterior](#)[Página inicial](#)[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2003 - Nº 21 > Editorial > Índice > [Resumo](#) > **Artigo**